

## **DESASTRES, TRABALHO E COMUNIDADES: DISPOSITIVOS DE BASE TERRITORIAIS**

*Simone Santos Oliveira*

*Sergio Portella*

Não há vida humana que não seja chamada a viver naquilo  
que denominamos aderência. (Schwartz, 2009, p. 265)

### **1. Introdução**

Seguindo a boa tradição de desenvolvimento de dispositivos que propiciem o conhecimento sobre atividade, esta pesquisa-intervenção trata do desenvolvimento da associação às Comunidades Ampliadas de Pesquisa (CAP) da realização de cartografias sociais (Acelrad, 2008) em comunidades que enfrentaram desastres socioambientais no Brasil. Para tanto, seguimos a experiência exitosa do Movimento Operário Italiano (MOI) (Oddone et al, 2020) na construção pioneira de mapas de risco para o trabalho, com toda discussão revisitada por Yves Schwartz (Schwartz & Durrive, 2010) através do Dispositivo Dinâmico a Três Polos (DD3P), numa combinação forte com o pensamento Decolonial e da Ecologia dos Saberes, por não podermos ignorar as diferenças entre Norte e Sul Globais (Santos, 2007), que coloca esses territórios em regimes de exploração/violência permanentes pelo atual modelo de desenvolvimento dominante.

Tendencialmente podemos afirmar que desastres são acontecimentos drásticos (Quarantelli, 2015), entre perdas de bens e óbitos, que mesclam aspectos sociais – objetivos, subjetivos e simbólicos – da vida de pessoas e dos seus lugares (de moradia, de trabalho, de circulação) e que se estabelecem nas suas singularidades

territoriais em função direta aos modos de vida e de desenvolvimento ali estabelecido.

Essa definição tendencial nos faz classificar de desastres não só eventos de origem socioambiental, mas também os de origem tecnológica e ampliar o arco em direção às crises de emergências sanitárias como a pandemia Sars-Covid 19, e as crises político-humanitárias, expressas muitas vezes pelas migrações populacionais. Relações sócio-históricas de desenvolvimento de uma comunidade são o meio que determina a resiliência presente de um povo em sua recuperação. Meio e presente, conceitos também tendenciais para avaliar o desenvolvimento humano, como os definem Schwartz (2009), podem ser entendidos pela relação entre aderência e desaderência dos conhecimentos utilizados para promover o desenvolvimento de produção-consumo de um determinado território geolocalizado na sua interação com os mercados mais ou menos globalizados.

Produzir desastres e crises sanitárias é uma expressão possível de desaderência/aderência desse modelo desenvolvimento. Promover o bem-estar e a saúde, da população de um determinado território, outra. Mas, nas inúmeras vezes, que acompanhamos situações de desastres, sendo a do desastre das cidades serranas do Rio de Janeiro, em 2011, uma delas, entramos na discussão do desenvolvimento humano, pela porta dos fundos, da economia de produção-consumo, nos desastres e pelas crises, por entre as ruínas e os sofrimentos das decisões de desenvolvimento que geraram territórios vulneráveis com seus conhecimentos sociotécnicos mais menos desaderentes das histórias daqueles locais.

Frutos de uma lógica forjada nos chãos das fábricas fordistas e extrapolada para cada área de organização da sociedade dita ocidental: escolas, serviços, hospitais, instituições de pesquisa, empresas de construção e infraestrutura, todas respondem a essa dupla delegação: a direção da produção-consumo nas mãos dos coletivos donos do capital e a operação dessa mesma produção, que exige toda uma sociedade em seu entorno, nas mãos dos coletivos de gerentes e mestres de produção, controladores dos métodos e técnicas. Poder-saber, gestão-conhecimento é a relação de expressão da dupla delegação (Callon; Lascoumes; Barthe, 2001). O seu deslocamento com relação aos

trabalhadores e cidadãos gera uma organização em torno da produção-consumo mais aderente ou desaderente com relação ao território em que se estabelece. É daí, da perspectiva do espaço meio e do tempo presente, que surgem todos os sofrimentos, mazelas e perigos críticos de nosso atual modelo de desenvolvimento, em que os efeitos evidentes das mudanças climáticas e a própria pandemia são seus limites mais gerais. Quanto mais desaderente é a dupla delegação da produção social com relação a sua população e ao território em que se realiza mais riscos tendenciais temos, mais perigos, para desastres e crises sanitárias, e criticidade socioambiental, condicionadas por vulnerabilidades territoriais. A rede sofisticada e complexa de vulnerabilidades territoriais pode assim ser lida como mudanças climáticas ou pandemia, se quisermos ser atuais.

Quanto mais desaderente uma produção e, portanto, global, mais violenta se torna com relação ao território, local. A característica global é tão determinante para Milton Santos (1985), que ele chega a desqualificar a produção de conhecimentos da geografia clássica baseada na interação local entre um grupo humano e seu entorno geográfico. A pressão determinante de imposições extrarregionais dos países mais poderosos e suas grandes empresas faz com que uma região deixe de ser uma realidade dotada de coerência interna e, a partir do exterior, passa a ser definida e atravessada por mediações políticas, financeiras, comerciais ou econômicas no sentido mais amplo, que conferem à relação humana-meio outra dimensão.

Essa incoerência local, ou desaderência produtiva, como estamos chamando, pela lógica capitalista possui um padrão de retroalimentação nos territórios que Jaime Breilh (2010), resume em sete consequências que colocam em risco o espaço da sustentabilidade e da reprodução da vida: Perda acelerada de biomassa e biodiversidade na cidade, e agora muito acentuada no campo, com elevação térmica e agravamento de fenômenos climáticos negativos (ciclos de seca e enchentes) com menor retorno de lavouras para consumo interno; perda da soberania alimentar e dependência da cidade e do campo quanto à importância até de alguns produtos vitais como trigo, arroz e milho; monopolização e privatização da água na cidade e no campo; deterioração dos modos de vida urbanos e rurais e expansão dos modos de vida insalubres; expansão de ciclos violentos e deterioração

da segurança dos cidadãos; expansão da pecuária em grande escala no campo e em áreas próximas às cidades (criando condições ótimas para a recombinação genética de formas virais com a disseminação de resíduos de antibióticos e hormônios nas redes superficiais e profundas de água e sobrecargas de nitrogênio e fertilizantes que destroem solos); invasão de produtos geneticamente modificados na cidade e no campo, com perda do controle das sementes para alimentação nacional-local.

Assim, colocamo-nos aqui o esforço de pensar dispositivos capazes de diminuir a desaderência em prol de maior aderência territorial, privilegiando o saber local para buscar prevenir ou superar essas adversidades advindas do modelo de desenvolvimento dominante, principalmente em territórios do sul global (Santos, 2007). Na relação comunidade/profissionais/academia, para ampliar o poder de agir da comunidade, verificamos a necessidade de dispositivos que mediatizem essa relação e sua transformação. Buscamos através das cartografias sociais e da perspectiva ergológica através do DD3P, a inspiração para construção do projeto *De Nosso Território Sabemos Nós* com comunidades afetadas pelo desastre de 2011, nas cidades serranas do Rio de Janeiro.

## **2. Construção dos saberes: Dispositivo de dispositivos**

A desaderência, em uma perspectiva decolonial, promovida pelo atual modelo de desenvolvimento e dela dependente, se estende por longas regiões do planeta e, por muitos é chamada de globalização. No entanto, o que parece geral sempre se diferencia quando territorializado, seja em um país desenvolvido ou não, seja em um país do sul global ou de um país do norte global, onde emergem linhas abissais de diferenciação, como define Boaventura Santos (2007). Segundo este autor, a sua diferenciação exige uma nova epistemologia, ou constelações de epistemologias, para possibilitar a sua compreensão e superação. Conjunto de epistemologias, que simétricas em seus estudos e manifestações, também exige na busca de maior aderência, uma ecologia dos saberes. Proposta que consideramos muito bem expressa e alinhada ao dispositivo dinâmico de três polos (DD3P) (Schwartz & Durrive, 2010).

Assim, essa pesquisa-intervenção, a partir de uma perspectiva ergológica, busca contribuir para a prevenção a desastres fortalecendo a organização comunitária, reconhecendo a atividade humana aí presente. O DD3P aqui é fundamental para se atingir agendas por novos modos de vida: o encontro entre os saberes disciplinares, que sempre vivem bem na desaderência – e a ela deve sua existência - e os saberes da experiência, resultado do viver diário necessitam mais do que nunca do polo ético-epistemológico plenamente ativo que respeite e busque a simetria dos saberes.

Mas, a aparente inércia cidadã – que significa apenas que a mobilização comunitária está caminhando em outra direção - resultado de anos de aplicação de dispositivos formadores de consciências duplamente delegadas - seja nas salas de aula, seja nos consultórios médicos e postos de saúde, seja no chão da fábrica e nos ambientes de trabalho – exige, para que a simetria cognoscitiva aconteça, que a circulação de saberes se transforme num dispositivo de dispositivos para que a dupla delegação dominante não se imponha como única opção. Em nosso caso, utiliza-se o dispositivo de cartografias sociais para determinado território tendo como objetivo, pelo seu mapeamento, o desenvolvimento comunitário e a intervenção em processos singulares de vulnerabilização. Uma estratégia para enfrentar as condições de incerteza de nossa época, para não desperdiçar experiências sociais disponíveis e nem classificar como impossíveis experiências sociais emergentes. Para que, assim, os moradores possam se apropriar de seu próprio território, do ponto de vista que sempre foi da gestão-academia, utilizando os conhecimentos disciplinares da geografia, da demografia, e do ordenamento territorial como conhecimentos auxiliares e não como conhecimentos determinantes de seus modos de vida.

Esse dispositivo leva Schwartz a afirmar que “*há algo fascinante na revolução do olhar espacial que gera esse apelo a uma cartografia comunitária*” (Schwartz, 2009, p. 265), pois cria a possibilidade de reverter na produção dos mapas a sua direção dominante, técnica e sempre orientada por interesses de poder e de Estado, na direção do que é considerado relevante pelas próprias comunidades.

Concretamente, para construção de um grupo de trabalho e formação da CAP realizamos nas duas comunidades (Caleme na cidade de Teresópolis e Córrego Dantas na cidade de Nova Friburgo) reuniões com as Associações de Moradores e outras lideranças da comunidade, que apoiaram a execução do projeto e abrigaram a proposta cedendo espaço para que ocorressem os encontros. A construção da CAP em cada território se deu de maneira diferente, respeitando as singularidades locais, com a realização de quatro oficinas para desenvolvimento das cartografias comunitárias. Sempre aos sábados, uma vez por mês (de agosto a novembro de 2019). A associação de Córrego D’Antas tem sede própria, enquanto o Caleme se utiliza do espaço anexo da principal igreja católica do bairro para realização de seus encontros, onde foram realizadas as oficinas. Com antecipação, os encontros eram divulgados na comunidade, através de cartazes e contatos diretos com lideranças para multiplicação da informação. Participação em média de vinte pessoas entre moradores, profissionais ligados as Secretarias Municipais da saúde, defesa civil, desenvolvimento social e ambiente, além do grupo de pesquisadores. As oficinas sempre se iniciavam com uma dinâmica em roda e, no final do encontro, se voltava à roda para um fechamento.

O projeto, apresentado pelos pesquisadores e consensuado com os moradores e técnicos e gestores mais próximos, se estrutura a partir de quatro ações que convergem para um aplicativo de comunicação comunitária. Algumas dessas ações estão mais adiantadas do que outras em função das dinâmicas territoriais e, também, da pandemia que dificultou as idas a campo desde março de 2020. A proposta consensuada compreende que as ações devem apoiar não só às comunidades, mas também a um novo olhar da gestão para com os territórios, onde o saber local tenha valor para a gestão e vice-versa.

*a) Índices de vulnerabilidades socioambientais*

Articular um novo olhar da gestão vem através da produção de índices de vulnerabilidades socioambientais e o principal objetivo é que a gestão municipal seja capaz de responder unificadamente à questão: O que sabemos sobre o território em foco na sua relação com a cidade? Destaques são dados a áreas importantes para as

comunidades: saúde, ambiente, defesa civil, desenvolvimento social e educação.

Para a construção dos índices de vulnerabilidades socioambientais estamos buscando conjugar duas metodologias: uma desenvolvida pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC) e Instituto de Geografia e Ordenamento Territorial da Universidade de Lisboa (GOT/UL) na produção de índices de vulnerabilidade social a partir de indicadores socioeconômicos e demográficos disponíveis, levando-se em conta a criticidade local (vulnerabilidades) em contraposição à capacidade de suporte resiliente; e outra, com os indicadores de cidadania desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Espera-se com isso, tornar o território mais visível para a gestão, a partir de seus próprios dados unificados, que necessariamente devem se associar a visão da própria comunidade.

A avaliação da vulnerabilidade social é um passo indispensável no processo gerador de conhecimento sobre o risco que caracteriza indivíduos e comunidades. A inovação da metodologia VS-CES-OSIRIS consiste na compreensão de que a vulnerabilidade social é função de duas componentes, criticidade e capacidade de suporte.

- A criticidade é definida pelo conjunto de características e comportamentos dos indivíduos que condicionam o seu grau de resistência e resiliência em responder ou lidar com desastres e cenários catastróficos.
- A capacidade de suporte define-se pela cobertura e diversidade de infraestruturas e equipamentos que alavancam a resposta das comunidades aos desastres e catástrofes.

Esses indicadores ganham relevância qualitativa analítica quando associados aos indicadores de cidadania (INCID) desenvolvido pelo Ibase (2015). Os indicadores de cidadania permitem a partir de parâmetros internacionais e nacionais, desenvolver quatro eixos de reflexão e análise. O primeiro avalia, assim, quais as condições de cidadania no território (cidadania vivida); o segundo mapeia quais as políticas públicas ativas que garantem a cidadania (cidadania garantida); o terceiro busca entender como a

população do território entende a cidadania ou a sua inexistência (cidadania percebida); e, por fim, a partir dessa percepção, que ações foram geradas pela comunidade e como foram organizadas (cidadania ativa).

*b) Cartografias Sociais*

O dispositivo da cartografia social busca dar expressão à percepção e compreensão dos moradores de seus territórios. A construção das cartografias social realizada junto aos moradores do bairro Caleme e do bairro Córrego D'Antas está relacionada com a experiência, com o registro de sua identidade coletiva para defesa do território frente ações e iniciativas estatais que visavam a requalificação urbana e territorial nessas localidades, demolindo residências e reconstruindo habitações em outras localidades, esfacelando o sentimento de pertencimento ao lugar e o que promoveria a sua desterritorialização.

Com a duração média de quatro horas, a maior parte do tempo da oficina era utilizado para a discussão das vulnerabilidades e potencialidades da comunidade, a partir dos mapas produzidos e modificados em oficinas anteriores. Os mapas para a primeira oficina foram produzidos pela equipe de pesquisadores. Os posteriores já eram resultados dos trabalhos compartilhados. Os encontros foram gravados e fotografados.

Ao fim do período de produção dos mapas comunitários, em seis meses (2019), as comunidades produziram uma cartografia social de seus territórios, que foram absorvidos nos sites comunitários e passaram a ser as bases das Comunidades Ampliadas de Pesquisa e seus dispositivos.

*c) Censo Comunitário Vivo*

Para as comunidades, um desafio impõe-se na necessidade de manter dinâmica da cartografia social produzida no primeiro momento da pesquisa com a comunidade. As cartografias comunitárias têm a tendência a se fixarem como mapas oficiais. O objetivo deste dispositivo, chamado de censo comunitário vivo, é que a comunidade possa continuar responder à questão iniciada pelas oficinas cartográficas: O que nós sabemos de nosso território? E que, a partir



das cartografias e mapas de vulnerabilidade, possam avançar nas questões: o que podemos saber mais? Quem e como habita os domicílios e as ruas de nosso território? Quais são suas características e desejos?

Neste ponto, foi desenvolvido um questionário para ser aplicado no território, que se iniciou em 2020 apenas *on-line*, em função das restrições da pandemia, e que assim que possível será aplicado presencialmente por equipe de jovens moradores junto a comunidade e seus resultados serão disponibilizados na CAP territorial.

#### *d) Projeto Memória*

Além do Censo Comunitário Vivo, também foi desenhado o projeto Memória para registro da história do bairro, a ser realizado com lideranças e moradores antigos dos territórios e quer responder às perguntas: qual é a nossa memória? Qual é o nosso patrimônio territorial? Em que memórias o nosso território se ancora?

Para que uma lembrança seja reconhecida e reconstruída, as pessoas precisam buscar marcas de proximidade que as permitam continuar fazendo parte de um mesmo grupo, dividindo as mesmas recordações. Trata-se da capacidade humana de guardar, pela lembrança e contra a perda total, reminiscências do tempo passado. Se isso não acontece, segundo Halbwachs (2013), pode-se dizer que desaparece uma memória coletiva. Portanto, a memória é dinâmica e depende de quem e do grupo de pessoas que a faz. A memória coletiva para existir precisa ser de alguma forma mapeada e expressa, e este é o objetivo deste dispositivo.

#### *e) Aplicativo*

Essas ações/dispositivos são fundamentais para que a CAP, que integra a gestão, os pesquisadores e os cidadãos, se mantenha viva. Nesse sentido um terceiro movimento ainda se faz necessário que é aproximar definitivamente gestão e cidadãos através de um dispositivo integrador que favoreça a comunicação de suas partes. Utilizando-se das facilidades disponíveis na Internet foi desenvolvida uma plataforma que integra um *site* informativo da comunidade associado a um aplicativo de comunicação para os moradores.

### 3. CAP territoriais: Oficinas cartográficas e aplicativo

Os bairros do Caleme e de Córrego Dantas foram os bairros mais afetados no desastre de 2011 de suas cidades.

A comunidade do Caleme está localizada no corredor ecológico que conecta o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis, ocupando 0,874 km<sup>2</sup>. Neste fluxo de dispersão e movimento para manutenção da biodiversidade, habitam cerca de 5 mil moradores. Suas casas estão distribuídas entre as encostas e as margens do Rio Imbuí. A paisagem vem se transformando desde o desastre, no entanto, ainda se pode ver resquícios dos escombros e de casas interditadas, que estão sendo utilizadas como destinação final de resíduos, promovendo a infestação de ratos e queima de materiais.

Nos relatos das oficinas isso ficou bem expresso na valorização do ato de cartografar:

*Assim estamos conectados e um cuidando do outro. Para estar aqui hoje um depende do outro, então pensar em trabalhar com mapa, trabalhar um com o outro, com amigo, o vizinho, sabendo desse equilíbrio, do respeito e amor por tudo que nos rodeia, essa é a mensagem dessa teia. (3<sup>o</sup> Oficina, Moradora Caleme)*

*Nesse momento estamos fazendo parte da história do Caleme e precisamos também resgatar a nossa história, eu peguei essa figura pois me lembro do Vale dos Eucaliptos, precisamos preservar para que daqui um tempo as pessoas possam fazer parte dessa história. (2<sup>o</sup> Oficina, Moradora Caleme)*

A comunidade do Córrego D'Antas, possui aproximadamente 19km<sup>2</sup> e está localizado na unidade territorial de planejamento, bacia do rio Bengalas. Estima-se a ordem de 5.000 habitantes que estão distribuídos às margens da RJ-130 que liga Nova Friburgo a Teresópolis, às margens do Córrego D'Antas e das encostas de Zonas de Especial Interesse Ambiental (ZEIA), Zona Urbana Controlada (ZUC) e Zonas de Expansão Orientada (ZEO).

*O território é formado pelas pessoas e coisas, então tem tudo tem a ver com a lua, as relações e o bairro. Com relação a isso tudo o próprio Córrego Dantas é um bom exemplo de resistência e relação que após desastre foi muito boa, com relação a se organizar, estruturar e agir politicamente (3<sup>o</sup> Oficina, Moradora Córrego Dantas)*

Nas oficinas, a comunidade do Caleme, demarcou suas questões fundamentais: mobilidade urbana; descarte de lixo; áreas do rio mais poluídas; ruas com esgoto a céu aberto; demarcação de pontos de apoio e localização das sirenes; e demarcação de áreas de proteção ambiental. Nessa comunidade os moradores apresentaram as necessidades do bairro: farmácia, horta comunitária, mais supermercados, calçamento de ruas e cobertura dos pontos do ônibus e iluminação pública.

*Eu observei que quando balançou bastante, mexeu com a estrutura de todo mundo! Então é uma questão a se pensar que às vezes exercício é bom até para a gente lembrar que podemos fazer uma situação aqui que vai impactar em todos. É importante se colocar no lugar do outro. (encontro de 19-10-2019; comunidade Caleme; moradora)*

Em Córrego D'Antas, as demarcações se voltaram para as instituições de educação; de saúde; as fábricas no bairro; depósitos irregulares de lixo e aterro sanitário da cidade saturado que fica no bairro, ocorrendo o despejo de chorume no rio; os moradores salientaram a inexistência de coleta de lixo na parte mais alta do bairro, que leva a estimular a queima do lixo; também destacaram a falta de áreas de lazer e cultura.

*Com relação ao lixo tem a questão do comunitário, porque pego meu lixo e coloca lá fora, pronto limpei minha casa, falta consciência comunitária de que eu preciso cuidar do meu quintal, da minha rua, do meu bairro, sendo uma questão de educação que leva a essa vivência comunitária que é muito importante e que já tivemos, mas precisamos resgatar e cuidar do espaço em que estamos. É uma questão que precisamos trabalhar e começa lá na base, na educação, na creche, na escola, olhar para o bairro com carinho, eu acho que a gente já teve e tem que resgatar". (Encontro de 30-11-2019, na comunidade Córrego Dantas; morador)*

Nas duas comunidades, para superar a falta de conformidade do *Google Maps*, a equipe do projeto apresentou mapas realizados a

partir de imagens registradas por um drone que proporcionou uma visão fidedigna do território. Com as imagens do drone, as comunidades reconheceram seus territórios com os novos mapas e consolidaram as informações que estavam em levantamento desde o primeiro encontro.

*Ouvindo vocês, me chama atenção, porque fomos falando de todas as questões do bairro e olhamos de uma maneira coletiva, pois se não tem uma praça, o poder público tem que viabilizar, não temos saúde vamos ao poder público, já o lixo ele aponta para a gente, tendo essa visão coletiva".* (Encontro de 30-11-2019, na comunidade Córrego Dantas; morador)

Nas últimas oficinas de Cartografia, com o mapa consolidado, teceu-se outros elos na rede de encontros e valorização de experiências e saberes com novos atores. A cartografia social contribuiu para emergir a autoconsciência do grupo, a construção e o desenvolvimento de identidades próprias. Na construção de legendas adaptadas aos seus territórios, as comunidades exerceram a potência de mapear com a construção de uma linguagem comum de referência para os gestores municipais. Para realizar essa construção dessa linguagem comum, os pesquisadores alternaram um conjunto de reuniões com os técnicos das secretarias municipais e com as associações de moradores. A unificação dessa linguagem comum está em processo de consolidação.

### **3.1. O aplicativo garantindo os dinamismos da CAP**

O aplicativo desenvolvido, e já em teste, possibilita que uma pessoa da comunidade forneça um relato da sua necessidade, de sua crítica, ou sugestão, podendo enviar uma fotografia inclusive. Pela validação consensual do conteúdo pela associação de moradores, o relato passa a estar visível e disponível para outras pessoas da comunidade interagirem com o relato, podendo aprovar (like) ou desaprovar (unlike), ou podendo colocar comentários. A solução proposta por consequência produz um nível de memória das discussões gerando um conhecimento acumulado em um processo mais aderente, que favorece a deliberação da associação de moradores em tornar um relato, uma demanda coletiva.

A confirmação da associação do relato como sendo uma demanda coletiva, permite que tal demanda seja informada e destinada

ao representante do poder público municipal para o seu conhecimento como uma demanda da associação e do coletivo.

Nesta fase de teste, o desafio é que a CAP seja capaz de construir no aplicativo uma linguagem em comum com esses protagonistas, em um conhecimento novo que promova um desenvolvimento mútuo e formativo desses protagonistas e dos próprios pesquisadores e da ciência, reconhecendo o outro e seu saber como legítimos. O site de comunicação abriga e expressa todos os dispositivos.

Uma dificuldade para além das vulnerabilidades mapeadas é a própria disponibilidade de redes de *wi-fi* a baixo custo ou gratuitas para os moradores e também a melhoria da qualidade de seus aparelhos móveis e computadores. A democracia digital e os direitos de acesso ainda não são uma realidade no Brasil. Soluções parciais estão em estudo com disponibilidade de equipamentos para a comunidade em suas sedes ou locais designados, mas o oferecimento de redes de *wi-fi* públicas deve ser uma meta.

#### **4. À guisa de conclusão**

A partir de agora, temos evidentemente um mundo permanentemente enredado, consequência da explosão das redes. Mas não nos esqueçamos de Bruno Latour (2001) e Gabriel Tarde (2011): sempre foram redes. Mesmo que, em alguns locais, pareçam invisíveis por miopia de nosso olhar duplamente delegado.

Uma das principais características que se acredita possuir uma rede é que nela todos os seus integrantes têm o mesmo valor (real e virtual) e, por isso, eles desfrutam de conhecimentos que são simétricos entre si. A valorização da vida, em um ambiente de rede, não pode ser uma abstração, ela precisa passar por cada ser que a compõe. Essa postura ética, estética e política que se acredita estar nas redes precisa se generalizar por causa da generalidade da espécie humana e de seus desafios expresso pela vivência de seus desastres. Somos muitos e é preciso encontrar um pensamento que valorize a diferença de cada ser, para que a igualdade da abstração (vida,

sociedade, natureza, humanidade), não os faça ficar invisíveis, que no significa primeiro, exclusão e, no extremo, extermínio.

A vivência e disposição dessas comunidades que lutaram pela sua sobrevivência em 2011 e que seguem buscando inovar em sua relação com a gestão municipal e os conhecimentos instituídos, indicam caminhos potentes para toda a cidade onde estão inseridos, renovando inclusive a produção de conhecimento em rede.

Em sua horizontalidade, as redes locais são sempre muito rentes ao chão. Mas, mesmo sendo horizontais existe uma topologia das redes, lideranças, descolamentos, protuberâncias. E ironicamente é dessa topologia que nascem as ilusões do conhecimento-árvore! Devemos ignorar essa topologia? Nada deve ignorado se queremos enfrentar a volatilidade das redes. Enfrentar a sua volatilidade é, na verdade, respeitá-la. Trabalhar por uma jardinagem de redes-arbustos. Trabalhar pelo pigmento certo para atingir o efeito de cor esperado, por uma pedagogia das redes, onde os sistemas de defesa civil, de educação e de saúde podem ser aliados poderosos. As dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19 mais uma vez é exemplo para o bem e para o mal: comunidade integrada e vacinada produzem baixa contaminação e controle pandêmico. O reverso também é verdadeiro.

Estamos diante da necessidade de uma tecnologia social nano que seja capaz de dar visibilidade às redes comunitárias: estabilizando-as, mesmo que momentaneamente, evitando que na combinação das redes de gestão e sociotécnicas, se olhe para as redes comunitárias como uma massa informe, desprovida de laços e de saber, como se isso fosse possível.

Procuramos descrever a experiência na utilização do DD3P, para além dos ambientes de trabalho, como um potencial agregador de outros dispositivos que buscam romper com a herança de vulnerabilidade e apostam na tessitura de um novo saber aderente, territorial, comunitário.

Em uma situação adversa o mais importante é a sua própria singularidade expressa na combinação da compreensão das vulnerabilidades e do suporte disponível no território. Nesse sentido, recorreremos ao conceito de vida enquanto “atividade normativa” em Canguilhem (2001), ao afirmar que o ser humano é definido por sua

capacidade de instituir novas normas de vida, a partir dos constrangimentos e possibilidades que lhe são impostos pelo meio. Isto é, o que pode parecer anormal pode indicar um novo modo de andar a vida. Esse esforço pode ser visto em vários movimentos da América Latina expresso pelo conceito, proveniente da herança dos povos originários andinos, do *sumak kawsay*, o Bem-Viver: "sumak" é a noção que reúne o sentido do que é bom, do que é agradável, do que é protetor, do que é belo e o que agrada, enquanto "kawsay" se refere ao coletivo, a viver em comunidade (Breilh, 2010). Para se enfrentar um modo de vida injusto, doentio, culturalmente discriminatório, destrutivo para a natureza, temos que elevar à categoria de princípio norteador "do sul", o Bem-Viver, que promova a multiplicação de modos de viver economicamente equitativos, saudáveis, interculturais e ecologicamente sustentáveis; um modo de vida em processo de emancipação. Nunca é demais pontuar, como o faz Breilh (2010), que o Bem-Viver, no geral, deve significar capacidade sustentável, direitos econômicos e sociais, direitos da natureza; no particular: estilos de vida saudáveis, protegidos, com apoios coletivos, dignificantes, em ambientes saudáveis; e no singular: acesso a trabalho decente, consumo pleno e qualificado, e ecossistemas domésticos saudáveis.

No horizonte de permanente incerteza em que vivemos, a afirmação de que o meio é sempre infiel parece-nos uma verdade incômoda que não podemos evitar. Temos que transformar esse conhecimento em vantagem. Esperamos que a experiência aqui compartilhada siga nessa direção.

### ***Referências Bibliográficas***

ACSELRAD, H. (2008). *Cartografias sociais e territórios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.

BREILH, J. (2010) La epidemiología crítica: una nueva forma de mirar la salud en el espacio urbano. *SALUD COLECTIVA*, Buenos Aires, 6(1):83-101.

- CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE Y. (2001). *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*. Paris, Seuil.
- CANGUILHEM, G. (2001). Meio e normas do homem no trabalho. *Pro-posições*, 12 (2-3), pp. 35-46. *Pro-Posições*, 12(2-3), p. 109–121
- HALBWACHS, M. (2013). *A memória coletiva*. 2 ed. São Paulo: Centauro.
- INCID. Marco Zero sistemas Indicadores da Cidadania. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Rio de Janeiro: Ibase, 2012. ([www.incid.ibase.org.br](http://www.incid.ibase.org.br)).
- LATOUR, B. (2001) *A esperança de Pandora*. Bauru: Edusc.
- ODDONE, I. et al. (2020). *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde/organização Ivar Oddone*. 2. ed. São Paulo: Hucitec. 291 p.
- QUARANTELLI, E. L. (2015). Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. *O Social em Questão*, vol. 18, n° 33, pp. 25-56.
- SANTOS, B.S. (2007). Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos-Cebrap*, 79, pp. 71-94.
- SANTOS, M. (1985) *Espaço e método*. São Paulo: Nobel. 88 p.
- SCHWARTZ, Y. & DURRIVE, L. (orgs.) (2010). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. 2.<sup>a</sup> ed. Niterói: Eduff.
- SCHWARTZ, Y. (2009). Produzir saberes entre aderência e desaderência. *Educação Unisinos* 13(3): 264-273.
- SCHWARTZ, Y. (2020). Posfácio. In: Oddone, I. et al. *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*. 2. ed. São Paulo: Hucitec. 291 p.
- TARDE, G. (2011) *As Leis sociais: um esboço de Sociologia*/Gabriel Tarde; Niterói: Editora da UFF.